

Indignados globais por uma cultura política digital

Aline Carvalho

“Hoje não é mais o pequeno recanto que reivindica sua sucessão ao universal, é o universal que chama o local para que ele venha”

Gilberto Gil

O sistema político atual, dito democrático, parece estar cada vez mais sendo colocado em questão, assim como a sociedade já o fez em outros momentos ao longo da história. Compreendendo a internet como um espaço cidadão e público, onde se desenvolvem debates e ações que irão mais ou menos afetar a tomada de decisões políticas, vemos surgir o que Peter Dahlgren chama de “democracia 2.0”: a internet como um « espaço publico », a partir do entendimento de Habermas deste como um “lugar de formação da vontade política, via um fluxo livre de informações pertinentes e de ideais, consistindo em “interações face a face e interações midiaticizadas”(DAHLGREN, 2000, p. 161).

Redes digitais e novos espaços de coletividade

Nesta perspectiva, é necessário desconstruir a distinção comumente feita entre “virtual” e “real”, em relação às interações estabelecidas através de um suporte digital, uma vez que estas relações estabelecidas não podem ser dissociadas de uma dinâmica social off-line por detrás da tela do computador. Sendo a internet uma arena pública de interações, da mesma forma que reproduz em novos meios antigos monopólios e desigualdades, permite, por outro lado, o estabelecimento da própria noção de “coletividade” em outros espaços, uma vez que é possível conectar em rede pessoas e ideias para além das limitações físicas temporais e territoriais. Vemos assim o surgimento de uma nova classe política, fundada em uma dinâmica questionadora dos parâmetros hierárquicos e territoriais da democracia moderna. Reunidos por um sentimento coletivo de não conformismo ao atual estágio do sistema capitalista, os automeados “Indignados” fazem uso de ferramentas digitais para compartilhar experiências dispersas espacialmente e debater estratégias concretas, tendo em vista o que consideram uma “democracia real”.

Acima de tudo, é evidenciado o caráter mundial deste movimento. Sob a epígrafe “todos juntos para uma mudança global”, estes cidadãos compreendem que os principais pontos fracos do sistema atual – bem como suas possibilidades de melhoria – não dependem apenas de governos isolados, mas estão diretamente ligados a organizações transnacionais – desde a Organização das Nações Unidas ao Banco Internacional do Desenvolvimento. Se por um lado se coloca em questão as demandas relativas ao meio ambiente, o sistema financeiro e contra a guerra, por outro lado, é muito mais complexo estabelecer prioridades em uma escala mundial e tão diversa. Cada país tem suas prioridades e dinâmicas internas para a implementação de políticas públicas. Assim, o ponto em comum encontrado pelo movimento – sabendo que cada localidade possui contextos políticos específicos – é o fato que de uma maneira geral os governantes não têm representado os cidadãos que os elegeram. Assim, é reivindicada uma participação mais efetiva da sociedade na tomada de decisões de governos, questionando-se a efetividade da democracia hoje.

As revoluções que ocorreram no norte da África no início do ano inspiraram a mobilização que ocupou as praças da Espanha em maio, e a Wall Street nos Estados Unidos em outubro, além de ocupações em espaços públicos em outras cidades no mundo como Roma, Paris, Bruxelas e Rio de Janeiro – guardadas as devidas proporções. A chamada para mobilização mundial no dia 15 de outubro na página TakeTheSquare.net, um dos vários sites que reúnem as ideias do movimento, explica esta mobilização global:

A chave do 15 de outubro não deve ser apenas mobilizar pessoas através de algumas ações simultâneas, mas conscientizar-se de que o mundo age junto, e assim, começar a construção de uma rede entre todos nós, para decidirmos todos juntos, pois esta é a única possibilidade, o que o mundo deveria ser. Sabemos que os poderes são mundiais, que vivemos em um mundo globalizado, então por isso nossa resposta deve ser igualmente mundial (Blog TAKEHESQUARE.net, 2011).

De uma maneira geral, a cobertura midiática tem buscado não relacionar as manifestações entre si, forjando a aparência de movimentos isolados. Entretanto, o chamado à manifestação global do 15 de outubro levou milhares de cidadãos às ruas de mais de 950 cidades, de 82 países em todo o mundo - números refletem o sentimento geral de insatisfação, ainda que demandas concretas e a organização a longo prazo ainda deixe a desejar. Dahlgren afirma que

Ainda que a tecnologia forneça os recursos-chave para um aumento da comunicação entre os cidadãos, é a discussão em si que irá dar vida ao espaço público.

Aonde se desenvolve tal interação, entre quem, sob quais circunstâncias, via quais tipos de processos comunicativos e graça a quais competências? (DAHLGREN, 2000, p. 170).

Neste sentido, a cobertura por parte de mídias alternativas e amadoras e a troca mais ou menos direta de informações entre os ativistas através da rede foram, e ainda são, a maior fonte de informações do movimento. A tecnologia streaming que permitiu a transmissão em tempo real de assembléias, manifestações e o dia a dia dos acampamentos contribui para o reconhecimento entre pares, mesmo que geograficamente distantes, e o fortalecimento do sentimento compartilhado de indignação, que pode levar a ações em contextos locais e específicos.

Inteligências coletivas e compartilhadas

Este processo de digitalização não diz respeito apenas à transposição de conteúdos para o meio digital, mas sim como os elementos tecnológicos alteram relações sociais a partir de uma nova configuração de conhecimento e de cultura. E essa cultura de redes estabelecida no meio digital atua como um potencializador para a conexão entre grupos sociais e vontades construtivas que até então se encontravam dispersos, possibilitando produções colaborativas e circuitos alternativos através das novas tecnologias. Ainda que seja muito complicado usar o termo « sociedade », em toda sua diversidade e divergências, hoje as movimentações políticas em uns pais refletem e motivam experiências em outros territórios de forma muito mais rápida, viral e informal. A respeito do processo de aprendizado coletivo de se fazer política 2.0, Javier Toret, filósofo e cyberativista do grupo Democracia Real Ya Barcelona, acredita que

Se a democracia na época moderna era a invenção da liberdade, a democracia agora é a invenção do comum, do que nos une. Conseguimos criar um código fonte, como se fosse um software livre, e o colocamos à disposição de todos, porque nós também vimos como haviam feito nossos irmãos do mundo árabe. (...) Não se trata de como transmitir mensagens, mas como surge uma organização coletiva e interativa e se cria uma pequena inteligência coletiva. E, claro, ao liberar o código fonte, a gente o melhora e modifica (FERNANDEZ, 2011, p. 54).

Não é de hoje que movimentos sociais locais encontram reflexo em contextos internacionais. O próprio tão falado maio de 68 só alcançou essa dimensão histórica porque não foi apenas em Paris que jovens universitários se uniam a classe trabalhadora para lutar por mudanças sociais – mas também nos Estados Unidos, Praga, Cuba e inclusive no Brasil. Cada movimento tinha seus desafios e

bandeiras, mas toda esta juventude estava de alguma forma envolta no sentimento de que uma revolução (social, cultural, política) estava acontecendo. A diferença hoje é que a internet proporciona um contato mais imediato, que possibilita o surgimento de ideários comuns e compartilhamento experiências, buscando novas respostas para novos problemas. (Imagine se Daniel Cohn Bendit, Richard Stallman e Gilberto Gil tivessem se esbarado no Twitter há quarenta anos atrás?).

O principal ponto é que estes agentes não estão ligados apenas por uma estrutura tecnológica, mas por uma cultura política que envolve autonomia, compartilhamento e colaboração, onde ações locais são potencializadas por estas redes estabelecidas. Para o jornalista Eugênio Bucci, “não é a tecnologia que muda a sociedade. Nunca foi. A sociedade, ou os movimentos sociais ou as relações sociais, é o que dão sentido social e histórico para a tecnologia, e não o contrário” (SAVAZONI, COHN, 2009, p. 208).

A jornalista independente Alba Muñoz explica que durante os acampamentos na Espanha,

Nossa forma de nos comportarmos nas praças era precisamente a mesma da rede: um movimento distribuído, transversal, onde ninguém e ao mesmo tempo todos mandam, e onde é vital o trabalho digital para alcançar um comum. Reivindicávamos o anonimato enquanto experimentávamos uma participação real e livre em algo coletivo (FERNANDEZ, 2011, p. 41).

Entretanto, esse tipo de organização descentralizada vai de encontro direto com as instituições democráticas como conhecemos hoje, herdada de séculos anteriores. Em especial os partidos políticos – tanto de esquerda quanto de direita – tendem a encarar com desconfiança estas movimentações, que são ao mesmo tempo individuais e coletivas. O coletivo português de esquerda Passa Palavra faz uma severa crítica aos acampamentos que se formavam em Madri e em Lisboa:

Pode-se dizer que, de um modo geral, a grande ausente dessas discussões é a luta de classes. Fala-se de novas formas de luta, de assembléias abertas e democráticas, de recusa do sistema; fazem-se comparações, no mínimo erradamente mecânicas, com os acontecimentos do Cairo e de Túnis. No fim da linha, quando não à cabeça, quase sempre surge como lema geral, vago e abrangente a ideia central dos Fóruns Sociais Mundiais de que “um outro mundo é possível” (COLETIVO PASSA PALAVRA, 2011).

Este tensionamento entre formas tradicionais de ação política e novas possibilidades de experimentações cognitivas lembra a discussão proposta pela

Tropicália nos anos 60 no Brasil, por exemplo. No Manifesto da Nova Objetividade Brasileira de 1967, Hélio Oiticica buscava de romper com a tradicional relação entre o sujeito (o expectador) e o objeto (a obra de arte), propondo a fusão de ambos: “a formulação certa seria a de se perguntar: quais as proposições, promoções e medidas a que se deve recorrer para criar uma condição ampla de participação popular” (OITICICA, 1967). Assim como a proposta tropicalista encontrava resistência tanto da direita – que os considerava subversivos – quanto da esquerda – que os julgava despolitizados -, vemos quarenta anos depois novos questionamentos e experimentações dando lugar a novas dinâmicas sociais, fundamentada em uma cultura política de redes colaborativas.

Das redes às ruas: conexões globais para questões locais

Neste caminho, vemos que há diferentes perguntas, que demandam diferentes respostas e, naturalmente, diferentes atores sociais. Dos twitteiros de plantão aos revolucionários das palavras de ordem, todos têm uma contribuição nesta “revolução”, se estamos falando de uma democracia participativa baseada na diversidade, e não na ditadura da maioria. Por isso, esta conexão em rede proporciona o compartilhamento não apenas de soluções, mas também de impasses em comum nesta experimentação.

Mais especificamente no Brasil, os movimentos artísticos do século XX buscavam pensar a cultura brasileira e o papel do país no mundo, em busca do que seria uma “identidade nacional”. O conceito de antropofagia empregado por Oswald de Andrade (ANDRADE, 1928), sugeria o instinto de “comer” as influências estrangeiras, digeri-las e transformá-las em algo caracteristicamente brasileiro. Neste sentido, a relação entre arte e tecnologia no Brasil é profundamente marcada pelos movimentos culturais que surgiam ao redor do mundo, que consequentemente tiveram seus desdobramentos no país. E não faltam bons exemplos: o cinema novo brasileiro da década de 60, declaradamente inspirado na *nouvelle vague* francesa e no neo-realismo italiano; o manguebeat da década de 90, que juntava a percussão regional dos ritmos tradicionais do nordeste com a batida eletrônica da cena beat internacional ; e o próprio desenvolvimento de softwares livres, naturalmente desterritorializado, que encontra no país uma potente rede de criação e compartilhamento.

Mesmo os ventos do movimento Occupy chegaram ao país na forma da Marcha da Liberdade e dos acampamentos Ocupe. No dia 21 de maio, alguns dias depois da manifestação que deu início às acampadas na Espanha, era proibida em São Paulo a Marcha da Maconha, tradicional passeata anual pela legaliza-

ção da cannabis. Uma semana depois, era convocada uma ampla manifestação em repúdio à repressão da polícia e em nome da liberdade de expressão, que reuniu bandeiras diversas (democratização da comunicação, movimento LGBT, descriminalização do direito de expressão, movimento de ciclistas, “artivismo”, entre outros) em uma passeata de 4 mil pessoas na Avenida Paulista. Na semana seguinte, a marcha se replicava em outras cidades do país, que embora em menor proporção, espalhavam um sentimento comum de uma ação política coletiva, lúdica e sem hierarquias – embora conflitos ideológicos e metodológicos se dessem na prática entre os diferentes movimentos participantes. Alguns meses depois, acampamentos começavam a se levantar em algumas cidades do país como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. A repressão policial, conflitos sociais urbanos e a não adesão em massa ao movimento foram algumas das razões dos Ocupes não terem se mantido no país. Embora não estejam acampados fisicamente, a energia mobilizada durante as manifestações conectou vontades coletivas que se perpetuaram em grupos de trabalho presenciais e em debates em redes digitais, na construção de alternativas ao atual sistema político, econômico e social no país.

Assim, as experiências ativistas nos países da Europa e do Norte da África não devem ser isoladas do que se passa na América Latina, pois embora lidem com contextos locais específicos, são respostas ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial. Se por um lado os meios de comunicação tradicionais hesitam em entrar em detalhes, ou mesmo omitem o que se passa nas manifestações locais, por outro as redes digitais facilitam o contato e a troca de informações estratégicas sobre estas movimentações. E este diálogo ajuda a compreender as diferenças culturais e políticas entre os cenários locais, e a estabelecer possibilidades de atuação em contextos específicos.

Políticas públicas para uma cultura digital

Entretanto, estas dinâmicas possuem implicações políticas, sociais e econômicas a nível global, e não é sem resistência e obstáculos que vêm emergindo. Em todo o mundo, o desenvolvimento de uma “world wide web” se confronta com legislações nacionais e culturas locais. A própria gestão da infra-estrutura tecnológica em cada país é responsabilidade de diferentes setores (administração pública nacional, governos locais, centros de pesquisa, coletivos autogestionados, etc.), e governantes possuem diferentes entendimentos das potencialidades e implicações destas tecnologias digitais em rede. O pesquisador russo Evgèny Morozov relativiza o poder da internet no livro *Net Delusion*, causando polêmica em meio à euforia das manifestações que vieram a derrubar o governo local no

Egito - em grande parte convocadas pelo Twitter e Facebook. Ele defende que qualquer teoria estabelecida a partir do uso das redes sociais deve ser “altamente sensível ao contexto local, considerando as complexas relações entre Internet e a elaboração de políticas externas em geral, que não se originam no que a tecnologia permite, mas no que um determinado ambiente geopolítico exige” (MOROZOV, 2010, p. xvii).

Desta forma, as políticas públicas nacionais relacionadas ao ambiente digital dizem muito sobre o tratamento dado pelo governo e reivindicado pela sociedade no que diz respeito não apenas à democracia, mas ao empoderamento da sociedade. Além disso, uma vez que estamos falando de um novo contexto, novos desafios institucionais, políticos e estruturais irão se igualmente se apresentar. Por sua vez, os marcos regulatórios são localizados no tempo e espaço onde foram criados, o que demanda a revisão e atualização destes dispositivos. Segundo Ronaldo Lemos, “o direito é hoje o campo de batalha em que estão sendo definidas as oportunidades de desenvolvimento tecnológico para os países periféricos, bem como a estrutura normativa derivada da tecnologia e o futuro da liberdade de expressão na internet” (LEMOS, 2005).

De certa maneira, o Brasil se situa no cenário internacional como referência no desenvolvimento de tecnologias sociais livres, baseadas no compartilhamento, especialmente graças a políticas como os Pontos de Cultura¹⁰⁵, o apoio institucional ao desenvolvimento e uso de softwares livres¹⁰⁶ e a criação colaborativa do Marco Civil da Internet Brasileira¹⁰⁷. Entretanto, ainda resta um longo caminho na criação de políticas públicas que compreendam em ações locais o desenvolvimento global otimizado por este contato digital. Neste sentido, o investimento em infra-estrutura exemplo, é primordial: Não simplesmente importando soluções técnicas e econômicas de países desenvolvidos, mas criando uma estrutura de inovação que busque soluções brasileiras para questões brasileiras. Felipe Fonseca defende a ideia de que o erro é a matéria prima do acerto, e sugere a criação de espaços de experimentações para o desenvolvimento destas novas soluções:

Os projetos que levam tecnologias de informação e comunicação às diferentes comunidades do Brasil não podem se limitar a reproduzir os usos já estabelecidos. O que precisamos são pólos locais de inovação, dedicados à experimentação e ao desenvolvimento de tecnologias livres. Esses pólos precisam

105 <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>

106 <http://www.softwarelivre.gov.br/>

107 <http://www.culturadigital.br/marcocivil/>

ser descentralizados, mas enredados. Devem tratar de diversos assuntos, não somente acesso à internet: dialogar com escolas, projetos sociais, ambientais e educativos. Precisam acolher coletivos artísticos, engenheiros aposentados, amadores apaixonados, empreendedores sociais, inventores em potencial. Não podem ter medo de gerar renda, criar novos mercados. Precisam configurar-se em laboratórios experimentais locais (FONSECA, 2011, p. 22).

Sendo assim, uma política pública efetiva para o atual cenário digital deve incentivar o desenvolvimento de metodologias comuns de experimentação política a nível local e mundial. Esta possibilidade de compartilhamento e difusão de conteúdos e ideias, de maneira muito mais rápida e informal que antes, motiva esta nova classe política indignada. Reivindicando uma “democracia real”, também em tempo real, são assim considerados não apenas as possibilidades, mas também os impasses atuais e possíveis caminhos. Globalmente, seguimos conectados com novos desafios e descobertas, e o estabelecimento deste diálogo é a chave para seguir nesta #globalrevolution.

Referências

- ANDRADE, Oswald de. “Manifesto Antropófago”. In: *Revista de Antropofagia*. São Paulo, 1928
- CARVALHO, Aline. *Produção de Cultura no Brasil: Da Tropicália aos Pontos de Cultura*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2009.
- DAHLGREN, Peter. *O espaço público e a internet: estrutura, espaço e comunicação*. Revista Réseaux n.100, 2000.
- FERNANDEZ, Amador [et al.]. *Las voces del 15M*. Barcelona: Los libros del Lince, 2011.
- LEMONS, Ronaldo. *Direito, tecnologia e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- MOROZOV, Evgèny. *Net Delusion: O lado negro da liberdade da internet*. Nova Iorque: Public Affairs, 2010.
- OITICICA, Hélio. “Esquema geral da nova objetividade”. *Catálogo da Mostra Nova Objetividade Brasileira*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 1967.
- SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sergio (orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009.

Artigos em blog mencionados:

15th October: What's the plan? (<http://takethesquare.net/2011/09/24/15th-october-whats-the-plan-15oct/>).

Acampados: (<http://passapalavra.info/?p=40478>)



Este artigo encontra-se sob Licença Creative Commons BY-SA 2.5

É permitido copiar, remixar e distribuir seu conteúdo, desde que seja atribuída sua autoria e disponibilizada sob a mesma licença.

Saiba mais: <http://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.5/br/>.

■..... **Aline Carvalho** é pesquisadora e ativista da cultura digital. Autora do livro “Produção de Cultura no Brasil: Da Tropicália aos Pontos de Cultura” (Multifoco, 2009) e do blog www.tropicaline.wordpress.com.